

Efeitos do Combate ao Mercado Ilícito do Cigarro no Brasil

Mensagens essenciais

- Investir em medidas políticas de combate ao comércio ilícito de cigarros beneficiará tanto a população quanto o governo.
- Preços mais altos de cigarros ilícitos induzem os fumantes a parar de fumar, a consumir menos cigarros e a mudar para marcas legais.
- O mercado ilegal de cigarros poderia ser reduzido em 98% se os preços ilegais aumentassem em cerca de 55% por meio de esforços de fiscalização para coibir o comércio ilícito.

Introdução

O mercado ilícito de cigarros é uma grande preocupação para o governo brasileiro. Os cigarros ilegais não geram receita tributária, potencialmente incentivam outras atividades criminosas em suas cadeias de produção e distribuição e têm maiores impactos nos segmentos mais pobres da sociedade devido aos preços mais baixos. É importante que os formuladores de políticas entendam os benefícios de coibir o mercado ilícito de cigarros.

O mercado de cigarros ilícitos do Brasil responde por 36% do consumo total e, portanto, ocupa o segundo lugar entre os 36 países para os quais informações independentes estão disponíveis na última década.¹ Um estudo usando quatro métodos diferentes de pesquisa constatou que em algumas cidades brasileiras a parcela de cigarros ilegais é superior a 50 por cento.²

Efeitos de preços ilícitos mais altos

Esta pesquisa investiga os efeitos do combate ao mercado ilícito de cigarros no Brasil. Simulamos os impactos no preço, consumo e arrecadação de cigarros após reduções parciais ou eliminação total do comércio ilícito. Dados de pesquisas individuais representativas nacionalmente do Brasil para estimar como os fumantes ajustam seus padrões de consumo em resposta a mudanças de preços, explorando dados independentes em nível micro da Pesquisa Nacional de Saúde, PNS 2019, foram utilizados. O

estudo se concentra nos efeitos de um aumento nos preços dos cigarros ilegais no consumo de cigarros legais e ilegais.

Com base na literatura atual, assumimos que o motivo mais relevante para as pessoas fumarem cigarros ilícitos é o preço mais baixo. Se o preço dos cigarros ilícitos não for mais inferior ao dos cigarros legais, não há razão para comprá-los.

É importante destacar que existem diferenças acentuadas entre os estados federados devido a características econômicas e sociais específicas. Os resultados da Tabela 1 são para o país.

A simulação baseia-se num quadro conceitual do comportamento dos fumantes em que um preço mais elevado do cigarro ilegal induz os fumantes a: 1) deixar de fumar, conforme as estimativas da elasticidade-preço incondicional do consumo de cigarros; ou 2) substituir os cigarros ilícitos pelos lícitos (consumidores remanescentes); e 3) os consumidores que continuarem a comprar cigarros ilícitos diminuirão seu consumo de acordo com as estimativas da elasticidade-preço condicional do consumo de cigarros ilícitos.

A Tabela 1 apresenta simulações considerando um único impacto, causado pelo aumento dos preços dos cigarros ilegais, calibrado para os dados da arrecadação de 2019. A justificativa para essa escolha é que qualquer esforço do governo para coibir o mercado ilícito por meio dos poderes executivo e legislativo acabará por culminar em preços mais altos de cigarros ilícitos.

A premissa é que, se os fornecedores de cigarros ilícitos forem continuamente combatidos, os custos de venda nesse mercado aumentarão. Qualquer medida de batidas policiais, paralisações ilegais de produção, fiscalização de caminhões em rodovias, entre tantas outras, que aumente os custos do fornecimento de cigarros ilícitos ao consumidor final é refletida no aumento dos preços dos produtos.

No cenário mais provável, se os preços dos cigarros ilícitos (que compõem a categoria de menor preço) ultrapassarem o preço mínimo oficial, que é igual a R\$ 5,00, os fumantes migrarão para a categoria de preço mínimo.

Categoria de preço 1 (que é legal ao preço de R\$ 5,00) – LPC1 é a categoria de preço legal mais baixo, sendo o restante do mercado legal dividido em dois segmentos: as categorias de preços legais PC2 e PC3.

A Tabela 1 mostra um resumo dos resultados para este cenário. Os resultados indicam o que aconteceria se medidas fossem implementadas de modo que o preço ilícito médio fosse igual a (a) R\$ 5,00, (b) o valor dos cigarros médios legais a R\$ 6,81, ou (c) um valor proibitivamente alto tal que cigarros ilícitos seriam completamente pouco atraentes para os consumidores.

Tabela 1. Variações devido ao aumento dos preços dos cigarros ilegais

	Referência (2019)	(a) Preço ilegal sobe 13.65%	(b) Preço ilegal sobe 54.73%	(c) Preço ilegal sobe 79.73%
Receita tributária (bilhões BRL/ano)	12.0351	13.9017	19.5329	19.8167
Mudança (relativa à 2019)	-	1.8666	7.4978	7.7816
Percentual da mudança	-	15.51%	62.30%	64.66%
Variação total do consumo (%)	-	-3.12%	-5.06%	-4.64%
Categoria de preço 1 (BRL) – ilegal (PC1)	4.40	4.51	4.30	0.00
Desvio padrão	0.57	0.46	0.00	0.00
Participação no consumo total	49.34%	36.61%	1.07%	0.00%
Consumo (% de variação)	-	-25.80%	-97.83%	-100.00%
Categoria de preço 1 (BRL) – Mínimo legal (LPC1)	-	5.00	5.00	5.00
Participação no consumo total	-	10.75%	44.15%	44.83%
Categoria de preço 2 (BRL)	6.81	6.81	6.84	6.85
Desvio padrão	0.27	0.27	0.27	0.27
Participação no consumo total	35.06%	36.54%	38.34%	38.82%
Consumo (% de variação)	-	0.95%	3.83%	5.58%
Categoria de preço 3 (BRL)	10.96	10.96	10.96	10.96
Desvio padrão	0.86	0.86	0.86	0.86
Participação no consumo total	15.60%	16.10%	16.43%	16.36%

Conclusões & Recomendações

- É altamente benéfico para o país investir em medidas que interrompam a produção e venda ilícita de cigarros, pois ambas tendem a aumentar os preços dos cigarros ilegais..
- Os impostos sobre cigarros e/ou o preço mínimo por maço devem ser ajustados para cima, pois ambos se mostraram ferramentas

adequadas para diminuir o consumo de tabaco.

- A aplicação das leis contra o contrabando e o comércio ilegal de cigarros deve ser fortalecida para reduzir o tamanho do mercado ilegal, diminuir o consumo de cigarros e aumentar a arrecadação de impostos.

Referências

1. Goodchild, M., Paul, J., Iglesias, R., Bouw, A., & Perucic, A. M. (2020). Potential impact of eliminating illicit trade in cigarettes: A demand-side perspective. *Tobacco Control*, Online ahead of print. doi:10.1136/tobaccocontrol-2020-055980
2. Szklo, A. S., Iglesias, R. M., Stoklosa, M., & al., e. (2020). Cross-validation of four different survey methods used to estimate illicit cigarette consumption in Brazil. *Tobacco Control*, Online First. doi:10.1136/tobaccocontrol-2020-056060